



Legislativo quer suspensão da municipalização da água e do saneamento

(foto Solon Soares)

O Poder Legislativo propôs ao governo a suspensão do processo de municipalização dos serviços da Casan e as perspectivas de saneamento básico em Santa Catarina, em audiência pública, requerida pelo presidente Volnei Morastoni (PT), realizada quinta-feira, dia 10, no plenário. "Da forma como está sendo feita a municipalização abre caminho sim para a privatização", enfatizou o presidente. Na Mesa, a presença dos deputados Dado Cherem (PSDB), que comandou a audiência, Rogério Mendonça (PMDB), Celestino Secco (PP, antigo PPB), Jucélio Paladini, presidente do Sintae, Walmor de Lucca, presidente da Casan, Clóvis Nascimento, diretor da Secretaria Executiva Nacional de Saneamento, e Elizabeth Tartolano, representante da Federação Nacional dos Urbanitários.

A suspensão foi defendida por vários parlamentares, como Joares Ponticelli, Antônio Carlos Vieira, Lício Mauro da Silveira e Reno Caramori (todos do PP, antigo PPB), Wilson Vieira - Dentinho (PT), e Rogério Mendonça (PMDB).

A proposta do legislativo não sofrerá resistência do governo, conforme as declarações de Walmor de Lucca. Segundo ele, o governador não está propondo a privatização ou municipalização, "ele quer a água e o saneamento, e o entendimento". "Já fo-

ram realizadas 350 audiências em 100 dias de governo", afirmou. Alguns municípios se afastaram judicialmente, como foi o caso de Lages, Itapema, Itajaí e Timbó, enquanto outros não estão renovando o contrato com a estatal. O governo perdeu 8% da receita em três meses.

Paladini salientou que a municipalização é um retrocesso, pois vai subdividir a interface com saúde, habitação, entre outros programas sociais. "Seria importan-

te uma gestão compartilhada entre os estados, União e municípios, e a inclusão do saneamento no programa de não-privatização. Municipalizar por municipalizar é a porta de entrada para a privatização", concluiu.

Moção da Assembléia para suspender a municipalização e a realização de debates foi sugerida por Veirão. No próximo dia 16, quarta-feira, será realizada uma audiência pública em Itapema sobre o tema. (DAB)



Audiência pública lotou o plenário e as galerias que se manifestaram contra a municipalização

Instalado Fórum da BR-282

Página 04

Novo estatuto para a Udesc

Página 05

Entrevista:

Rodrigo Pimentel

Página 06

FOME ZERO

Dia 14, às 19 horas no plenário da Assembléia, lançamento oficial do Fórum Parlamentar Permanente do Fome Zero, com a presença de Frei Beto, coordenador de Mobilização Social do Programa.

0800 707 2003

Jornalistas lutam para regulamentar a profissão

Em sessão solene no dia 7, solicitada pelo deputado Wilson "Dentinho" Vieira (PT) para homenagear o Dia do Jornalista, profissionais da área denunciaram a ameaça ao direito da sociedade à informação e à democracia, se persistir a arbitrária decisão da juíza federal de São Paulo, Carla Rister. Há um ano e meio, ela simplesmente derrubou a exigência de formação superior em Jornalismo (ou qualquer formação) para o exercício profissional, argumentando, em sua sentença, que a exigência do diploma contraria a "liberdade de expressão" prevista na Constituição. A sentença liminar favorável à ação patrocinada pelo Sindicato das Empresas de Comunicação de São Paulo, através de denúncia ao Ministério Público estadual, foi confirmada no mérito no começo deste ano, derrubando a regulamentação exigida por lei desde a década de 60.



Municipalização dos serviços de água e esgoto

A água é fundamental. Sua importância vital, incluindo-se o sistema de esgoto, são fatores que determinam a qualidade de vida de uma população.

Em pouco tempo, a água terá valor inestimável, os recursos hídricos serão escassos, cabendo aos governantes preservar e criar as condições para suprir as necessidades que influirão diretamente na saúde pública.

O atual sistema existente em SC é ineficiente, não oferece garantia de consumo e, não raras vezes, apresenta qualidade duvidosa.

Infelizmente, Santa Catarina é considerado o 2º pior estado no quesito esgoto, o que mostra a falta de investimentos adequados para este setor.

O modelo de SC está superado e ultrapassado, mas é imperativo que continue público, não podemos correr o risco de que sob influência do momento negativo que vive a Casan, alguns queiram retomar o discurso privatizante, colocando em risco um setor estratégico para o poder público.

A municipalização dos serviços de água e esgoto determinará uma nova maneira de agir, aproximando os investimentos e criando as condições necessárias para reverter o quadro atual.

Cito o exemplo de um município que conheço profundamente por ter sido prefeito por duas gestões. Em Rio Negrinho, o Samae - Serviço Municipal de Água e Esgoto, atende a 99% da população com água tratada, inclusive localidades interiores a mais de 50 km. Também possui estrutura

de captação para os próximos 30 anos, implantou 50 km de rede coletora de esgoto com um faturamento que cobre suas despesas e permite que sejam realizados investimentos constantes. Uma empresa rentável.

A autarquia Samae tem rentabilidade superior a 30%, o que lhe garante grande poder de investimentos, fazendo com que seu lucro reverta em benefícios aos usuários.

Analisando as diferenças de tarifas chegamos a conclusão de que os municípios podem criar as condições necessárias para tarifas mais em conta para os consumidores. Em Florianópolis, a tarifa mínima é R\$ 12,70 para 10m³, enquanto em Rio Negrinho a taxa é R\$ 8,90, uma diferença de 30%. Isto nos dá a idéia de como é importante a municipalização". O Samae não possui dívidas, temos que enaltecer os serviços públicos oferecidos por estas autarquias. Sem endividamento prestam serviços de qualidade, como em tantas cidades que já possuem serviços de água e esgoto municipalizados: Jaraguá do Sul, Blumenau, Gaspar, Brusque, São Bento do Sul, Urussanga, Joaçaba e tantos outros, em SC são mais de trinta.

Sem dúvida nenhuma, temos em SC um modelo vencedor, o modelo municipalizado, esse é o caminho, uma municipalização responsável, bem conduzida, que viabilize a operacionalização da água e esgoto, mas que não deixe com que o passivo da Casan inviabilize o Estado.

**Deputado Mauro Mariani (PMDB)*

PP: a ordem é renovar *

Os partidos políticos, que estão na base do processo social, não são comportas estanques e por isso têm de se aperfeiçoar na medida em que a sociedade muda, se transforma e se moderniza. As raízes do partido, formadas pela ética e pela busca do bem-estar comum, não mudam, mas apenas a forma, sua estética. É o caso do Partido Progressista Brasileiro (PPB), que perdeu o "B", buscou forma mais dinâmica e se renovou, exatamente para adaptar-se melhor aos anseios de nossa comunidade.

As razões da mudança vão da mais singela ao desejo verdadeiro de renovar, palavra-chave dos novos tempos do partido. Singela: por questão de sonoridade, não raro a sigla era confundida com a do PTB. Tanto é que nos bastidores, há tempo lideranças progressistas levantavam essa possibilidade, agora finalmente concretizada.

A outra motivação, bem mais forte, foi no sentido de se partir para uma nova (e forte) etapa, onde a mudança do nome coincidissem com os novos tempos propostos no âmbito partidário. A convenção do PP realizada recentemente em Brasília teve como registro principal exatamente a renovação. Renovação do nome, de atitude e até da presença (maior) dos catarinenses na executiva nacional.

O Brasil e Santa Catarina, em particular, vivem desafios, alguns novos, outros apenas renovados. Já como PPB, nosso partido defendia os princípios básicos voltados à cidadania plena e a outros, pontuais, na busca do equacionamento de questões prioritárias, inadiáveis. Essa linha foi mantida, apenas teve seu esforço redobrado. O PP tem dado ênfase aos assuntos que envolvem, por exemplo, a pequena e micro-empresa, a agricultura e as oportunidades de emprego e trabalho.

Na renovação ocorrida, as nossas lideranças catarinenses passaram a ocupar mais espaço na Executiva Nacional: são 22 políticos de Santa Catarina no comando nacional, entre eles, o ex-governador Esperidião Amin (presidente do Conselho Consultivo Nacional do Partido); o atual presidente do PP estadual, deputado federal Leodegar Tiscoski (secretário-geral da Executiva Nacional); o deputado federal Ivan Ranzolin (membro da Secretaria-geral), o deputado federal João Pizzolatti (um dos vice-presidentes), o deputado federal Odacir Zonta (vice-presidente da Fundação Milton Campos) e o deputado estadual Celestino Secco, membro da mesma Fundação.

O presidente nacional do PP é o deputado federal Pedro Corrêa, de Pernambuco.

** Deputado Joares Ponticelli (Líder do PP)*

Respeito ao dinheiro público *

A casa precisa ser reformada. Após pesquisas, os donos contratam os serviços do construtor mais caro, de qualidade questionável e com os preços mais altos. O que você pensaria de pessoas assim? Temos três opções: loucas, irresponsáveis ou esbanjadoras.

O governo Lula não será apontado por nenhum desses adjetivos em qualquer medida que venha a tomar; muito menos no caso da duplicação do trecho Sul da BR-101. Tudo o que não foi feito até agora, e o que foi feito de errado, passará por profunda revisão. Até porque não queremos ver repetidos os problemas evidenciados no trecho já duplicado da BR. Os números são claros.

Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, no primeiro trimestre deste ano ocorreram 516 acidentes no Norte, contra 855 no Sul. É óbvio que, devido à impossibilidade de colisão frontal no trajeto duplicado, o número de mortos no Sul foi maior, vitimando 32 pessoas, seis a mais do que no Norte. Mas o número de feridos foi maior onde a duplicação já existe, chegando a 540, entre graves e leves, 60% a mais que no percurso ainda sem duplicação.

Fica evidente que a duplicação não é a única alternativa para conter a violência no trânsito da BR-101. A obra tem que ter qualidade técnica no projeto e na execução, para que não ocorram as temíveis hidroplanagens ou curvas que remetem o carro para fora da estrada. As passarelas devem ser consideradas como essenciais (muitas mortes do trecho duplicado foram por atropelamento), a sinalização tem que ser modernizada, a manutenção deve ser permanente, tem que haver controle da velocidade. E tudo isso deve ser feito a um custo realista, com respeito ao dinheiro público, algo que - ninguém poderá negar - nunca foi prática no Brasil.

Por isso considero precipitados os ataques contra o Governo Lula no que diz respeito à duplicação. Ainda mais se vêm de políticos que até bem pouco tempo se negavam a participar de manifestações pela obra, sendo agora os primeiros a falar em paralisação da rodovia. Todos têm responsabilidade: os que estiveram até pouco tempo no poder e nada fizeram, e os que assumiram agora e jamais negaram a necessidade da obra. A diferença é que, enquanto os primeiros tiveram tempo e dinheiro para esbanjar, os atuais ainda não tiveram tempo e querem tratar o assunto com seriedade.

** Deputado José Paulo Serafim (PT)*

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Jornalistas do AL Notícias

Cumprimentando-os cordialmente, felicito-os pelo Dia do Jornalista, profissão esta que garante a todos os cidadãos o exercício do direito constitucional de informação. Não se escolhe dia e hora para exercê-la, mas há um dia que a profissão de jornalista é lembrada de forma especial - dia 07 de abril -, por isso parabéns a todos vocês que fazem de sua profissão um compromisso social e solidário.

Deputada Simone Schramm (sem partido)

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Coordenador de Imprensa: Jonas Lemos Campos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic e Tatiana Kinoshita

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, José Luiz Arruda, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luciano Oliveira, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Regina Zandomênic, Rita de Cássia Lombardi, Roger Alexandre, Rosa Mariano, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid, Simone Marçal Alves e Carla Fabiana Faria dos Santos

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Gráfica Zero Hora

Administração investe na saúde dos servidores

(foto Solon Soares)

Os servidores do Legislativo tiveram um começo de jornada bem diferente no último dia 7, *Dia Mundial da Saúde*. Logo no início da manhã participaram de exercícios ritmados de respiração, acompanhados de música, através da técnica chinesa chamada Lian Gong, no hall da Assembleia. Os exercícios foram ministrados pela professora Viviana Feller, com o objetivo de prevenir e tratar dores nas articulações, músculos, tendões e ossos. A idéia foi bem aceita pelos funcionários da Casa, inclusive pelo presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), que participou de todos os exercícios. Esta foi uma das atividades programadas pela Casa para marcar a data.

Em seguida, a médica pediatra e nutróloga, professora da UFSC, Maria Marlene de Souza Pires, proferiu palestra no plenário sobre como assegurar

ambientes saudáveis para as crianças – o grande desafio lançado pelo *Dia Mundial da Saúde*. Maria Marlene trabalha nessa área há mais de 20 anos e, segundo ela, a preocupação com a saúde e com a qualidade de vida da criança deve começar durante a gestação, com a mãe

evitando o uso de drogas, como o álcool e o fumo. “O ambiente onde a criança vive deve ser saudável, ensolarado. É preciso prevenir acidentes dentro e fora de casa e a alimentação deve ser equilibrada, mas também prazerosa”, disse a palestrante, que

recomenda ainda a prática de atividades físicas.

Nessa data foi lançada a campanha para a realização de exames periódicos para os deputados e os funcionários da Casa e a campanha de vacinação contra a gripe, que começou no dia 8. Esta data é o *Dia Mundial de*

Combate ao Câncer, e quem visitou a Assembleia na última segunda-feira recebeu material educativo sobre o tema. “Estas duas datas – *Dia Mundial da Saúde* e *Dia Mundial de Combate ao Câncer* – são importantes para fazermos reflexões sobre a nossa saúde”, afirmou

Morastoni, que pretende implantar na Casa a medicina complementar, como homeopatia e acupuntura.

Para o Diretor da Divisão de Saúde, Júlio César Marchi, está lançado o desafio de promoção da saúde de crianças e de adultos, começando pela Assembleia. “Além do atendimento, precisamos ter atenção com o nosso funcionário, saber como está seu ambiente de trabalho, sua saúde e quais são suas necessidades”, afirmou Júlio. No último sábado (5) ele coordenou um encontro para o planejamento das atividades do setor. Eles estão estudando a possibilidade de usar a Praça dos Três Poderes, em frente à Assembleia, como um local para a prática de atividades que possam promover a saúde. “Temos material humano excelente na Casa e vamos realizar uma vez por mês debates no plenário sobre o tema”, concluiu. (RMPP)



Médica Maria Marlene, Morastoni e Júlio Marchi

Transparência

Desde a última quarta-feira, servidores da Assembleia e imprensa – e por consequência, a sociedade –, podem conhecer as decisões administrativas e funcionais através do boletim impresso semanal “**Informe da Presidência**”. “Todas as decisões tomadas na reunião da Mesa das Terças-feiras, relativas às questões administrativas e funcionais da Casa, estarão disponíveis”, afirma o presidente, deputado Volnei Morastoni (PT).

Este é mais um instrumento para alcançar as metas estabelecidas pela atual gestão, ancoradas no compromisso em realizar uma administração transparente, aberta à sociedade, e de valorização de seus servidores. Além da versão impressa, eles terão as informações disponíveis em seus endereços eletrônicos (e-mail), que também estarão na página da Alesc na Internet. A primeira edição veio mais recheada, trazendo as ações desenvolvidas desde que a Mesa Diretora foi eleita em 1º de fevereiro.

Entre as informações, em pri-

meiro lugar, as providências que vêm sendo tomadas pela Presidência para regularizar, normatizar e estabelecer critérios sobre a situação funcional de cada servidor. “Além de serem necessárias para a condução desta Casa de forma eficiente e transparente, estas ações visam evitar que a imagem da maioria dos servidores, que efetivamente trabalha, seja injustamente atingida”, salienta Morastoni. O levantamento do quadro funcional para assegurar a todos os setores a equipe necessária para seu pleno funcionamento, ao mesmo tempo em que identifica e toma as providências para corrigir possíveis irregularidades, é uma destas ações. Somam-se às notícias da edição inaugural informações sobre o andamento dos planos de ampliação do alcance da TVAL e as ações voltadas à saúde dos servidores, como a vacinação contra a gripe, à disposição dos funcionários na Divisão de Saúde desde o dia 8 de abril. (MMV)

Exposição de telas e esculturas

(foto Solon Soares)

Aberta na segunda-feira (7), na Galeria Meyer Filho, na AL, a exposição das obras do escultor Fred Voigt e da artista plástica Eliana Voigt. A amostra – que recebe o nome de *Um Olhar Interativo* – traz esculturas contemporâneas em madeira e ferro e algumas em resinas e argila, que são representadas nas telas pintadas por Eliana. As telas também abordam a espiritualidade.

São trabalhos inéditos, como as esculturas apresentadas em madeira e ferro, além de outros que o público já pode conferir na Casa da Cultura de Itajaí. Segundo Elton Silveira, crítico de arte e professor de história da arte, o trabalho de Fred Voigt, que vem des-



Eliana e Fred Voigt

pontando no cenário artístico catarinense, alia aprimoramento técnico e pesquisa experimental aplicada à escultura, além de resgatar o conceito de

matéria-forma-luz. Já Eliana Voigt faz a transposição das imagens tridimensionais em bidimensionais destas obras para a tela. (SD)

UN-SUL próxima de sua reabertura

A Petrobras solicitou 30 dias para concluir os estudos no poço SC-11 e decidir sobre a reabertura da Unidade de Negócios Sul da Empresa (UN-SUL), localizada em Itajaí. A decisão foi confirmada em uma reunião entre o presidente da Assembleia, deputado Volnei Morastoni (PT), e o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, na segunda-feira, 7, no Rio de Janeiro. Dutra afirmou que a Unidade será reaberta se os testes no poço SC-11 mantiverem os mesmos índices obtidos no poço SC-10, com

perspectivas de boa produtividade e de um óleo de altíssima qualidade cobiçado internacionalmente. Ainda acompanhavam Morastoni o vice-governador do Estado, Eduardo Pinho Moreira, a senadora Ideli Salvatti (PT), o deputado estadual Dionei Walter da Silva (PT) e diversas lideranças de Itajaí e região. Esta foi a quarta missão em defesa da Unidade desde que uma Comissão Externa foi criada na Assembleia para defender a manutenção dos escritórios da estatal em Itajaí.

A UN-SUL foi extinta em 31

de dezembro de 2002, como um dos últimos atos do governo FHC. O fechamento da Unidade causou revolta na população, empresários e políticos locais. A transferência da Unidade acarretou rompimento de contrato com 44 empresas prestadoras de serviço, fechando 359 postos de trabalho direto. O fechamento ainda implicou na redução em impostos/royalties e na perda do patrocínio anual de R\$ 1,5 milhão, aplicados na área cultural, social e meio ambiente. (FD)

Instalado Fórum Permanente da BR-282

Instalado no dia 9 o Fórum Permanente da BR-282, constituído pelos deputados Jorginho Mello (PSDB), Sérgio Godinho (PTB), Odete de Jesus (PL), Pedro Baldissera (PT), Lício Mauro da Silveira e Reno Caramori (PP, antigo PPB), tendo na presidência o deputado Romildo Titon (PMDB) e Antônio Ceron (PFL) como relator. O Fórum contará também com a participação dos prefeitos e dos presidentes das câmaras municipais e associações comerciais de Campos Novos, Lages, Vargeão e São José do Cerrito. Uma reunião com o secretário da Infraestrutura, Edinho Bez, será marcada e será encaminhado um ofício ao Tribunal de Contas da União para saber a atual situação das obras.



Deputados membros do Fórum durante a instalação

Recuperação

Ao mesmo tempo, o deputado Dionei da Silva (PT) anunciou que o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) vai abrir licitação de caráter emergencial para realizar a recuperação do trecho entre Corupá e a BR-101. Para recuperar o trecho da BR-280 que vai de São Francisco do Sul até a BR-101, o DNIT vai abrir uma carta convite que possibilitará a realização de uma operação tapa-buraco em menor tempo. A informação foi dada em audiência entre o parlamentar e o engenheiro Paulo Roberto Oliveira Nevenschwander, do DNIT. (DAB)

Energia Eólica

O engenheiro electricista, Ronê Oliveira, convidado pelo presidente da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, deputado Valmir Comin (PP, antigo PPB), falou sobre energia eólica (gerada através do vento) na reunião do dia 9. Na explanação, aos parlamentares, Ronê revelou que enquanto este tipo de energia gerada no Brasil é de 20 mil quilowatts, na Alemanha é de 8 milhões de quilowatts. Segundo ele, o custo de combustível é zero, não há agressão ao meio-ambiente, a torre eólica é ponto de atração turística e a instalação dos equipamentos é rápida. Enquanto uma turbina hídrica leva um ano para ser instalada, a eólica, com capacidade de gerar 600 quilowatts, fica pronta em apenas um dia e meio. O custo de instalação de uma torre com essa potência,



capaz de abastecer uma população de aproximadamente 10 mil habitantes, é de R\$ 1, 3 milhão.

Há quatro anos os especialistas da área estão medindo o potencial de energia através do vento em 27 pontos espalhados pelo estado. O litoral catarinense não tem potencial eólico, mas em outras regiões as expectativas são positivas. Até o final do ano as torres instaladas em Água Doce,

no Meio Oeste; em Laguna, na região Sul; e no município de Bom Jardim da Serra, no Planalto Serrano, deverão estar gerando 124 mil quilowatts. A torre de Bom Jardim já fornece energia eólica para os oito mil habitantes do município e também é a responsável pela iluminação da Serra do Rio do Rastro. (RMPP)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Segurança

A Comissão de Segurança Pública apresentou no dia 9 o calendário das audiências públicas que serão realizadas no estado para colher informações que servirão de base na elaboração de um diagnóstico situacional do setor, que será encaminhado à secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

As audiências públicas acontecerão nos municípios de São Miguel do Oeste e Chapecó (8 e 9/05), Joinville e Blumenau (22 e 23/05), Araranguá, Criciúma e Tubarão (5 e 6/06), Itajaí e São José (7 e 8/08), Concórdia e Joaçaba (21 e 22/08), Lages e Rio do Sul (4 e 5/09). (SD)

Turismo

Reunida no dia 9, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente definiu as cidades onde realizará as audiências públicas para elaborar um diagnóstico da realidade, das potencialidades e conseqüentemente elaborar uma proposta de política para fomentar o setor.

O Legislativo, através da Presidência, vai buscar parcerias com as prefeituras, associações de municípios, legislativos municipais, associações empresariais, faculdades de turismo, entre outros, para realizar estas audiências de forma a torná-las eficazes e produtivas.

As cidades que sediarão as audiências são Blumenau, São Francisco do Sul, Lages, Laguna, Florianópolis, Criciúma, Treze Tílias, Chapecó e Balneário Camboriú. (MMV)

BR-101: hora de pressionar

Sessenta dias. Este foi o prazo concedido pela Comissão Pró-Duplicação da BR-101 ao governo federal para que o processo de duplicação da rodovia no trecho Sul seja retomado. Do contrário, os membros da comissão admitem interromper o tráfego da 101 por tempo indeterminado. "Vamos pressionar o Fórum Parlamentar e o Ministério dos Transportes para que aceitem as nossas reivindicações. Se não formos atendidos vamos fechar a rodovia", garante o deputado Manoel Mota (PMDB), integrante da Comissão.

Diante do atraso do processo, quatro propostas da comissão foram aprovadas, por unanimidade, no dia 8, numa concorrida reunião na Câmara de Vereadores de Tubarão. Os membros decidiram por uma audiência conjunta dos três governadores do Sul com os ministros da Fazenda, dos Transportes e o presidente Lula. Também propuseram a obstrução dos trabalhos no Congresso Nacional pelos parlamentares membros dos Fóruns Parlamentares dos três estados. A comissão pretende trazer o Fórum Parlamentar Catarinense para uma ampla reunião no Sul do estado. Finalmente, se após 60 dias as ações não surtirem efeito, haverá o fechamento da rodovia num protesto surpresa.

Mota afirma que a intenção é reduzir esse prazo. "Vamos pressionar. O ideal é que o governo federal sinalize uma saída para que não ocorra a interrupção da BR-101. O governo precisa entender que essa obra não é de interesse apenas do Sul do país, mas de todo o Mercosul", justifica. Ele lembra, no entanto, que o ministro pediu ao governador Luiz Henrique e aos catarinenses um crédito para estudar uma solução. "Vamos aguardar uma resposta".

Lideranças políticas e da comunidade, representantes comerciais, empresários, sindicalistas e religiosos prestigiaram o evento promovido pela Comissão Pró-Duplicação. (MS)

Plano de Educação



Meta da Comissão é ter a lei até o final do ano

O grupo de trabalho para implantação do Plano Estadual de Educação, formado por representantes da Secretaria Estadual de Educação, da União dos Dirigentes Municipais de Educação, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e do Fórum Estadual de Educação, propôs a realização de fóruns regionais para discutir e chegar a um consenso sobre o Plano Estadual de Educação, cujo projeto de lei encaminhado pelo Executivo no ano passado foi desarquivado pela Subcomissão legislativa criada

especificamente para discutir o Plano.

A proposta do grupo foi apresentada em audiência pública realizada no dia 9, na Comissão de Educação, a pedido da Subcomissão. Segundo Paulo Eccel, presidente da Comissão, e Afrânio Boppré (PT), que preside a Subcomissão, o Legislativo Estadual vai participar desse processo, onde o Executivo deve ser o protagonista, realizando esses encontros e chegando a uma proposta conclusiva que será enviada à Assembléia para deliberação. (RMPP)

Jornalistas lutam pela regulamentação da profissão

Mirela Maria Vieira

A sessão especial reunindo parlamentares, jornalistas e professores de cursos de Comunicação, em homenagem ao *Dia do Jornalista*, foi escolhida pela Federação Nacional da Categoria (Fenaj) e sindicatos para marcar o *Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Profissão* e foi seguida de um debate com os parlamentares sobre o assunto. A professora Valcir Zucolotto, do curso de Jornalismo da Ufsc e diretora da Fenaj, Celso Vicenzi, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Mário Xavier, professor e ex-integrante da Comissão de Ética do Sindicato, Áureo Moraes, professor do Curso da Ufsc que também representou o reitor Rodolfo Pinto da Luz, explicaram os porquês da defesa do diploma, situando historicamente os parlamentares.

Presidindo a sessão, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB), radialista, abriu os trabalhos que também contaram com a presença do presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Júnior. Em seguida, o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) fez um breve discurso, lembrando os profissionais que cobrem a guerra no Iraque. O presidente da Casa do Jornalista - Associação Catarinense de Imprensa, Osmar Teixeira, um dos pioneiros, juntamente com o jornalista Moacir Pereira, na briga para a implantação do Curso de Jornalismo da Ufsc (nascido em 1979), salientou a importância do trabalho integrado e o diálogo entre as associações da classe, além de lembrar o com-



Parlamentares prestigiaram a sessão e manifestaram total apoio aos jornalistas

promisso do jornalista com a construção de uma sociedade mais justa, pela democracia e pelo pluralismo de idéias. Teixeira recebeu uma placa do Legislativo homenageando os 35 anos da Casa do Jornalista

Ao fazer seu pronunciamento, o presidente do Sindicato, Luiz Fernando Assunção, lembrou aos presentes que "o caminho para a prática amadora da profissão, muitas vezes irresponsável e baseada na troca de favores, atendendo apenas e tão somente os interesses das empresas, está aberto". A professora Valcir enfatizou que a luta pela manutenção da exigência do diploma, da formação su-

perior específica, "não é corporativista", e que um jornalismo voltado aos interesses da sociedade, ético, plural, depende de jornalistas organizados, competentes e preparados. "E uma das formas disso acontecer é por meio do curso superior de graduação em Jornalismo. O jornalista tem identidade profissional justamente baseada na sua formação e no seu Código de Ética", afirmou.

O jornalista Celso Vicenzi lamentou que o centro do debate estivesse sendo a regulamentação da profissão e não dos meios de comunicação que monopolizam e controlam a informação no país. "Grandes empresas estão por trás da ação civil

pública federal. Eles querem a desregulamentação para que fique ainda mais fácil a consecução de seus próprios interesses, desorganizando a categoria e fazendo uso antiético da informação. Fica mais fácil também pagar salários irrisórios", salientou.

Eles pediram apoio da Assembléia para atuar junto ao Congresso Nacional, onde tramita o anteprojeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo, que representa a luta pela democratização da comunicação e não apenas regulamenta o exercício profissional: "Temos (jornalistas) mais de 80 anos de luta pela formação superior específica e não apenas para ter um diploma, mas para assegurar o compromisso com a sociedade", disse Vicenzi.

Udesc terá novo estatuto

Uma comissão tripartite formada por alunos, servidores e professores da Udesc terá o prazo de 15 dias para a elaboração de um novo estatuto - adequado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - partindo do estatuto aprovada em março pelo Conselho Universitário (Consuni), mas não homologada pelo governo. Este foi o principal resultado da assembléia chamada pela Associação dos Professores da Udesc, e realizada no último dia 8, da qual participaram os deputados Paulo Eccel (PT), presidente da Comissão de Educação do Legislativo, Wilson Vieira - Dentinho (PT), Afrânio Boppré (PT) e Herneus de Nadal (PMDB).

A medida foi determinada pelo governador Luiz Henrique da Silveira, que também participou da assembléia. Aprovada a nova proposta, começará a correr o prazo para escolha do novo reitor com mandato-tampão que, tão logo seja empossado, convocará uma assembléia estatuinte para redação do estatuto definitivo da Universidade. Também estavam presentes o secretário de Educação Jacó Anderle e o reitor pró-tem-



Apesar de tensa, a assembléia teve bons resultados

pore José Carlos Cechinnel.

Além deste assunto, foi discutida a cobrança de mensalidade no curso de Pedagogia, do ensino à distância, e da deflagração do processo de reforma administrativa por Cechinnel.

O governador Luiz Henrique garantiu anistia aos alunos envolvidos em processos administrativos para que se possa fazer

um estatuto "de baixo para cima", representando a vontade do corpo docente, alunos e servidores. Disse também, que os custos dos cursos do ensino à distância para capacitação de professores da rede estadual de ensino serão assumidos pela secretaria de Educação. Para os da rede municipal, serão realizados convênios com as prefeituras. (SD)

Igreja Presbiteriana

Atendendo requerimento do deputado Francisco de Assis (PT), a Assembléia realizou na noite de quarta-feira (9) sessão solene que comemorou o centenário da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Regina do Amaral, presidenta do Presbitério Catarinense, fez um histórico da igreja pelo Brasil e pelo mundo, que conta hoje com 70 milhões de seguidores em vários países.

Os representantes da igreja prestaram homenagem através de placas a três de seus membros ilustres. Também o proponente da sessão, deputado Assis, recebeu de presente uma Bíblia do centenário. Em contrapartida, Assis entregou uma placa comemorativa ao reverendo Acir Pereira, que, em pronunciamento, lamentou a guerra dos Estados Unidos e aliados contra o Iraque, que já vitimou muitas vidas.

Encerrando a sessão, Assis reiterou sua admiração e respeito pelos presbiterianos. "Este é um dos mais importantes segmentos religiosos do país, com a missão de trabalhar em sintonia com a população e com os ideais cristãos". (RMPP)

Seqüestro de ônibus vira documentário

Rubens Vargas

De passagem por Florianópolis para lançar o documentário "Ônibus 174", o co-produtor Rodrigo Pimentel participou de debates sobre a violência urbana no Brasil em comunidades carentes e universidades. Acompanhado do deputado Orlando Fantazzini (PT/SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, de Reginaldo Ferreira da Silva, autor de um livro sobre o bairro paulistano Capão Redondo, e de membros do Movimento Hip Hop de SC, responsável pela vinda do grupo, o ex-oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro e sociólogo concederam coletiva na Sala de Imprensa do Poder no último dia 8. Ele revelou o caos da segurança pública em sua cidade, as condições subumanas do sistema penitenciário, a experiência como militar, a repercussão internacional do documentário e um novo projeto.

"A minha geração cobrou a repressão, subiu aos morros e se decepcionou"

AL Notícias – Como surgiu a idéia de fazer o documentário sobre o seqüestro do ônibus 174?

Rodrigo Pimentel – Vários aspectos motivaram a escolha. O Rio de Janeiro parou, houve uma grande tensão devido à influência da mídia. As duas vítimas estavam relacionadas com o tema: Sandro, o sequestrador, menino de rua sobrevivente da chacina da Candelária, e Geisa, ativista de uma ONG que morava e atuava numa favela. Além disso, os correspondentes internacionais dos EUA, Europa e Japão estavam na cidade e o evento teve um tratamento semelhante a uma Copa do Mundo. Tudo isso foi muito bem abordado pelo diretor José Padilha.

AL Notícias – Vocês não tinham medo que o Sandro virasse um herói brasileiro?

Pimentel – Nós, produtores e o diretor, tínhamos este cuidado, até porque eu fui policial militar durante 12 anos. A gente percebe que ele é uma vítima da

sociedade, mas ao mesmo tempo é um bandido, tem maldade em suas atitudes. Hoje a mídia trabalha com uma espetacularização da violência e a abordagem do assunto não se esgota numa cidade onde ocorrem 28 mortes diárias por homicídio com armas de fogo, a maior causa de morte entre pessoas entre 14 e 30 anos.

AL Notícias – O roteiro do documentário já estava pronto ou sofreu modificações?

Pimentel – No decorrer das filmagens, nós fomos sentindo que o documentário foi tomando uma abordagem sociológica. A princípio, pensávamos em tratar de um seqüestro de uma menina moradora do Jardim Botânico, bairro de maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro, a nata da sociedade carioca que chega a pagar R\$ 2 mil mensais na PUC. Mas a gente não se esqueceu que o Sandro era um menino de rua e, ao adquirir 60 horas de imagens de arquivo da Rede Globo, muito caro por sinal, descobrimos uma frase dita por ele: "Isso aqui é um filme e eu sou o diretor".

AL Notícias – Como a PM do estado do Rio de Janeiro tratou este episódio?

Pimentel – Uma vergonha para a corporação, algo para ser esquecido. Nunca foi feito um estudo de caso sobre a ação da polícia no seqüestro do ônibus 174. Muitos policiais prestaram depoimento no filme com toca, evitando a identificação para não sofrer represálias. Nós também filmamos as condições dos presos no estado, o que estava proibido há quatro anos. Eles estão enjaulados nas delegacias e cadeias em condições sub-humanas, o que pode render um processo da Anistia Internacional.



Rodrigo Pimentel

AL Notícias – O sistema penitenciário parece ser o tema do próximo documentário?

Pimentel – Em dezembro ficará pronto o nosso próximo documentário, "Paulo de Tarso", um preso que se recuperou no sistema penitenciário. Apesar das mazelas, é possível se recuperar no sistema penal brasileiro. No Rio de Janeiro os detentos escolhem a ala em que vão ficar, Comando Vermelho (CV) ou Terceiro Comando (TC), e estas entidades do crime organizado repassam uma cota de cigarro, papel higiênico, doces, alimentos básicos e até pagam o transporte de familiares para a deslocamento até o presídio de Bangu, pois muitas pessoas não têm dinheiro para visitar seus parentes e amigos. Isto é um absurdo, porque cria simpatia por estas correntes e pode transformar um ex-presidiário num novo soldado do tráfico.

AL Notícias – Você tem experiência em repressão ao tráfico nos morros cariocas?

Pimentel – A minha geração cobrou a repressão, subiu aos morros e se decepcionou. A violência aumentou e 10% da minha turma no Batalhão de Operações Especiais (Bope) morreu. Não existe ação de curto prazo para a segurança pública. Em 1994 vi um documentário de Paulo Salles, "História de uma guerra particular", relatando o governo de Marcelo Alencar, período de 90 a 94, quando a polícia mais matou e um policial morria a cada dois dias. O Exército nas ruas de janeiro a março de 95, num total de 12 mil homens, trouxe um saldo de 900 homicídios por mês. Em 99 me formei em sociologia na UERJ e queria escrever sobre segurança pública.

AL Notícias – Voltando ao documentário "Ônibus 174", como está a receptividade no Brasil e exterior?

Pimentel – O filme chegou ao número de 200 mil espectadores no Brasil e é um sucesso de crítica no exterior, pois foi premiado em Miami (EUA) e no Festival BR de Cinema. O lançamento internacional está marcado para o dia 1º de outubro em 25 salas dos Estados Unidos, da Costa Leste à Costa Oeste, distribuído pela Sony.



Pimentel, Fantazzini e Cláudio Rio, do Movimento Hip Hop de Santa Catarina

VIA BRASÍLIA

O deputado Orlando Fantazzini (PT/SP) veio a Santa Catarina para divulgar a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em parceria com entidades da sociedade civil, para promover a dignidade do cidadão nos programas de televisão. O parlamentar informou que mais de mil e-mails foram enviados à Comissão denunciando programas que afrontam os direitos humanos, como o ataque a homossexuais, além

de reclamações quanto à banalização do sexo e a citação de palavras de baixo calão. As denúncias são repassadas para cada um dos 19 membros do Conselho de Comunicação do Congresso Nacional. O relator vê quatro vezes o programa e leva ao conselho para o parecer final. Contatada, a emissora tem cinco dias para se manifestar, caso contrário o Conselho procura os patrocinadores e tenta convencê-los de que não é interessante veicular este produto. "Já há alguns rediscutindo o patrocínio. As emissoras de televisão precisam enten-

der que a programação não é de sua propriedade, é uma concessão pública, do povo brasileiro. Não queremos programas de baixo nível, que divulgam a cultura americana, da violência. Queremos programas que tratam do nosso folclore, nossa cultura, e para isto não há espaço", desabafou Fantazzini. Ele anunciou para o dia 28 abril, em São Paulo, o lançamento da campanha, quando será divulgado o ranking dos programas contrários à dignidade do telespectador. (RV)

Parlamento volta a debater concessão de bolsas

(foto Carlos Kilian)



pauloeccel@alesc.sc.gov.br

Com o início da tramitação do projeto de lei de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), propondo alterações na Lei Complementar 180, a concessão de bolsas aos alunos do ensino superior volta ao debate no Legislativo a partir da próxima semana, quando a proposta vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A Lei Complementar 180, de 16 de julho de 1999, regulamentou o artigo 170 da Constituição Estadual, que dispõe sobre bolsas de estudo para o sistema Acafe (Associação Catarinense de Fundações Educacionais de Ensino Superior) e crédito educativo às outras universidades privadas do estado.

“Basicamente, as principais modificações são o fim do crédito educativo com recursos do artigo 170, a criação de mecanismos que permitem maior organização da comunidade universitária, participação e fiscalização da sociedade sobre a destinação das bolsas e a expansão do universo de estudantes que poderão ser atendidos”, explicou em coletiva no dia 8. Os recursos para as bolsas devem corresponder a 5% do orçamento destinado à educação, conforme determina o artigo 170, para atendimento de estudantes comprovadamente carentes no universo de 120 mil alunos do sistema Acafe. Para os restantes 30 mil estudantes, resta o crédito educativo. No ano passado, ape-

nas 16 mil alunos foram beneficiados com bolsas que variam de 30%, 50% a 70%. Este ano, o Executivo vai destinar um total de R\$ 25 milhões para as bolsas e R\$ 6 milhões para crédito educativo, quando deveria ser de R\$ 43 milhões, já que o orçamento para a educação este ano é de R\$ 860 milhões.

A comissão que fará a seleção dos bolsistas será composta por nove pessoas, sendo dois representantes da universidade, um do corpo docente, três estudantes, um do Ministério Público Estadual e dois representantes da sociedade civil organizada. Além disso, as universidades serão obrigadas a publicar a relação de beneficiados nos jornais de circulação local, no site da própria instituição e na da secretaria de Educação e Inovação, com os valores individuais e percentuais destinados. Se aprovada, a nova sistemática proposta por Eccel começa a valer a partir de janeiro de 2004. (MMV)

Caramori consegue suspensão da Portaria 508/2002

Atendendo às gestões lideradas pelo deputado Reno Caramori (PP, antigo PPB), a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, suspendeu os efeitos da Portaria 508/2002 que proibia o direito de cultivo e criação de animais e reflorestamento em áreas próximas a matas nativas nos municípios de Passos Maia, Ponte Serrada, Abelardo Luz, Ouro Verde, Água Doce, Irani, Salto Veloso e localidades próximas. A Portaria estabelecia a fixação de três unidades de conservação para preservação permanente de araucárias, imbuías e outras espécies nativas, abrangendo uma área de, pelo menos, 332 mil hectares.



reno@alesc.sc.gov.br

Reno comemorou a decisão, concretizada no dia 9 com a publicação da Portaria 178. A decisão decorreu da audiência que Reno, os deputados federais Odacir Zonta (PP) e Cláudio Vignati (PT) tiveram com a ministra e seus assessores na semana passada. Reno alertou que, se prevalecesse a Portaria 508, estaria inviabilizado o trabalho de dezenas de empresas ligadas aos setores madeireiro, de papel e celulose, as pequenas propriedades paralisariam suas atividades e até o MST sairia prejudicado, porque assentamentos teriam que ser removidos para outros locais. Os enormes prejuízos se estenderiam aos campos nativos preservados para a criação de bovinos e ovinos e reflorestamento. O deputado levou extenso e sólido dossiê à ministra, comprovando a legitimidade de sua reivindicação. (JCR)

para a criação de bovinos e ovinos e reflorestamento. O deputado levou extenso e sólido dossiê à ministra, comprovando a legitimidade de sua reivindicação. (JCR)

Secretário de Agricultura fala sobre plano de governo para o setor

Por solicitação do deputado João Rodrigues (PFL), o secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, compareceu na terça-feira (8), na Comissão de Agricultura, para falar sobre os planos da sua pasta para os próximos quatro anos. Entre os trabalhos a serem desenvolvidos está a promoção do desenvolvimento rural e pesqueiro, considerado o maior plano da Secretaria. O incremento da produção de milho, oferecendo aos produtores 300 mil sacas de milho semente e 200 mil toneladas de calcário, está na lista de atividades que proporcionem ao

homem do campo melhoria na qualidade de vida. O microbiacinas é outro projeto da Secretaria, segundo Sopelsa. Estão previstos investimentos de 107 milhões de dólares para os próximos seis anos. O seguro agrícola e a produção de alimentos orgânicos também estão entre as prioridades já a partir deste ano.

Sopelsa salientou a necessidade da construção de novos armazéns e silos para o armazenamento de grãos. “Pouco foi feito nessa área nos últimos 20 anos e vamos buscar linhas de crédito junto ao BNDES”. Através do apoio da Federação Catarinense

de Municípios (Fecam), a secretaria vai desenvolver um levantamento das propriedades rurais existentes no Estado, com um banco de dados completo. “Faremos uma radiografia de todas as propriedades rurais instaladas em solo catarinense, algo inédito no país”, afirmou. O trabalho começa em junho e deverá estar concluído no mês de outubro. É meta da secretaria da Agricultura realizar uma reestruturação administrativa da pasta. Um dos exemplos é a Cidasc, que há dez anos tinha 1200 servidores. Hoje são 900.

Os deputados Dionei da Silva (PT) e Reno Caramori (PP) fizeram vários questionamentos ao secretário, que garantiu dar continuidade aos projetos que apresentaram resultados positivos. Para o presidente da comissão, deputado Mauro Mariani (PMDB), o encontro com Sopelsa foi positivo, permitindo aos parlamentares conhecer os projetos para um dos mais importantes setores da economia catarinense. (RMPP)

Agenda

Dia 14, às 10 horas – Audiência pública da Comissão de Finanças com o secretário da Fazenda, Max Roberto Bornholdt, que vai expor as metas fiscais do último quadrimestre de 2002
Local: Plenarinho

Dia 14, às 14 horas – Audiência pública sobre a questão da municipalização do ensino fundamental em Santa Catarina
Local: Plenário

Dia 14, às 19 horas – Lançamento oficial do Fórum Parlamentar Permanente do Programa Fome Zero – Presença do coordenador de Mobilização Social do Fome Zero, Frei Beto
Local: Plenário

Dia 16, às 19 horas – Audiência pública sobre municipalização dos serviços de abastecimento de água e de saneamento básico
Local: Restaurante Alberto's – Itapema

Dia 16, às 19 horas – Lançamento do livro “Atrás da cortina de fumaça – tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica”, de Sérgio Luís Boeira
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

(foto Giancarlo Bortoluzzi)



Estado fará levantamento das propriedades

Com determinação é possível abandonar as drogas

(fotos Jonas Lemos Campos)

No Creta, pessoas de todas as idades reaprendem a viver sem o uso de entorpecentes

Denise Arruda Bortolon

A dependência química é considerada uma doença crônica, portanto acompanha o indivíduo por toda sua vida. Classificada mundialmente como transtorno psiquiátrico, o tratamento é voltado para a redução dos sintomas do paciente e das pessoas de sua convivência. Deve incluir aspectos comuns a todos os indivíduos acometidos, bem como individualizados para cada paciente.

O Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras (Creta) vem ajudando muitos dependentes a abandonar as drogas. Atuando hoje em vários municípios como Paulo Lopes, Florianópolis e São José, recebe internos de todas as idades e de diversos estados do país.

O uso de drogas não afeta somente os dependentes, mas também os familiares e amigos, prejudicando um significativo número de pessoas e muitas vezes destruindo planos e projetos de vida. Jonas Ricardo Pires, 38 anos, está limpo, sem usar drogas há dez anos e preside o Creta. Com muita força

de vontade, disciplina e cultivando a espiritualidade conseguiu vencer o vício. "Não é difícil descobrir motivos para mudar. Comecei a perceber o que estava fazendo com minha família, desfiz-me de bens para comprar cocaína, maconha e álcool, gastei 70 mil dólares em 15 dias, me vi morrendo dia a dia."

O custo da internação é de dois salários mínimos, mas, conforme Jonas, a maioria é internada pelo INSS, e dos carentes não é cobrado nada. Locali-



Na fazenda do Creta, dependentes têm rotina de trabalho e disciplina



Jonas Ricardo Pires

zado no bairro Bom Retiro, em Paulo Lopes, o Creta masculino está com 83 internos e o feminino, 36. O tratamento dura nove meses, com visitas aos domingos. Não são permitidas, no entanto, as chamadas "visitas íntimas". Jonas justifica a medida argumentando que a terapia parte do princípio de que "eles têm que dominar a carne, para depois controlar a mente", facilitando assim a desintoxicação. Fumar é permitido, mas com estabe-

lecimento de cotas. Todos os pacientes maiores de 18 anos têm direito a 15 cigarros por dia. Produtos que contenham álcool, como desodorante, perfume ou medicamentos ficam sob a responsabilidade dos coordenadores e do serviço médico. Após esse tratamento, o usuário e sua família podem e devem frequentar a fazenda do Creta uma vez por mês, além das reuniões todas as segundas-feiras no Clube 1º de Junho, em São José.

Histórias semelhantes

Um menino de nove anos, viciado em cola, que não tem mais pai nem mãe, foi sozinho ao Creta pedir ajuda. Jonas afirma que o Conselho Tutelar "está omissivo em relação às crianças viciadas". Do menino aos outros internos, é impressionante como as histórias se parecem. A curiosidade em conhecer novas experiências é citada por praticamente todos quando questionadas as razões de terem entrado em contato com as drogas. A experiência, no entanto, mostra-se bastante desastrosa em

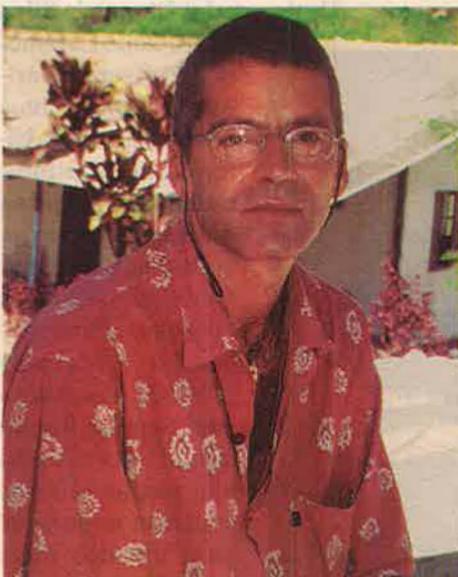
todos os casos.

Miguel Angelo Serrão, 37 anos, um angolano que está no Brasil desde 1975, está em tratamento há seis meses e meio. Era viciado em maconha, cocaína e álcool, as mesmas drogas usadas por Darcísio Venturi Júnior, 25 anos, interno há cerca de 5 meses. Foi dependente durante sete anos, perdeu emprego, patrimônio. Conheceu esse mundo através dos "falsos amigos" e por "curiosidade". "Trabalho, disciplina e, principalmente a espiritualidade,

estão me ajudando a melhorar", diz.

Levada pelo irmão para o Creta quando tinha 20 anos, Jaqueline Chaves, hoje com 21 anos, começou a usar cocaína aos 16 "por pura curiosidade". No final do ano passado, teve uma recaída que durou três dias. Retornou ao tratamento e trabalha como secretária na fazenda do Creta.

Em geral, as pessoas que terminam o tratamento e vencem o domínio dos tóxicos querem passar a experiência adiante, auxiliando outros dependentes a sair do abismo. Esse é o objetivo de Darcísio, que sentiu a "pressão da sociedade", por isso resolveu fazer o tratamento. "Sozinhos, somos impotentes perante a droga porque ela te vence."



Miguel Angelo



Jaqueline Chaves



Darcísio Júnior